

## **O MICROCRÉDITO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE APOIO À FRUTICULTURA NO NORTE DE MINAS GERAIS**

Paula Margarita Cares Bustamante<sup>1</sup>

Josiane Soares Aguiar<sup>2</sup>

### **RESUMO**

O Microcrédito tem sido apontado como uma importante ferramenta para a diminuição da pobreza no mundo, sendo assim, o objetivo deste trabalho é elucidar as formas de concessão do microcrédito e suas vantagens em relação às formas tradicionais bancárias de consecução de empréstimos. Especificamente busca-se entender quais os principais entraves para o surgimento e desenvolvimento de micro e pequenos negócios no Brasil, analisar como o governo pode fomentar o acesso ao crédito e, conhecer como esse processo ocorre em nível local. Para abordar essas questões, serão considerados os dados estatísticos obtidos a partir de 1994 e dados dissertativos empíricos por meio de pesquisa bibliográfica em livros, artigos e sites buscando defender a hipótese de que, apesar da criação de instituições de microcrédito, muitos empresários ainda desconhecem essa modalidade de serviço, mantendo suas empresas com empréstimos de familiares, agiotas e outras formas menos burocráticas de aquisição de capital. No Brasil o mercado de microcrédito e microfinanças se encontra ainda em fase de implementação e desenvolvimento. Na década de 2000 pode-se notar um incremento dos programas sociais de microcrédito aliados a participação do governo e com parte de sua sustentabilidade ainda atrelada às instituições civis. É notável o crescimento do setor de micro e pequenas empresas do Brasil, contribuindo para minimizar as desigualdades sociais e garantir emprego e renda em longo prazo para camadas mais baixas da população. No norte de Minas Gerais associações são criadas tendo os recursos financeiros como fim e não como meio, fato que dificulta a construção de ações cooperativas que vislumbrem a conquista de novas possibilidades de crescimento e desenvolvimento. Enfim, a fruticultura do Norte de Minas carece de arcabouço institucional organizado com a finalidade de construir vantagens competitivas deliberadas, ‘eficiência coletiva’, para atingir o padrão de qualidade e periodicidade exigido no mercado internacional de frutas e, para definitivamente transformar a região em um pólo de agronegócios.

---

<sup>1</sup>Professora do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Montes Claros. E-mail: paulacares@yahoo.com.br.

<sup>2</sup>Aluna do curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Montes Claros e bolsista do PIBIC-FAPEMIG. E-mail: josi-soares@live.com.

## **1. Introdução**

O microcrédito é uma alternativa de concessão de crédito destinada à micro e pequenos empreendedores que não tem acesso ao sistema de crédito convencional, já que, estes empresários não oferecem as garantias exigidas pelas instituições bancárias tradicionais. O microcrédito tem como objetivo fomentar o início ou a melhora os negócios e, geralmente cobra taxas de juros menores que as do mercado formal.

De acordo com os dados Centro de Estudos em Microfinanças da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV), o microcrédito tem crescido em ritmo acelerado na última década, mas ainda não abrange a todos os pequenos empreendedores que precisam de acesso aos empréstimos. Em novembro de 2013, o microcrédito alcançou o saldo recorde de R\$ 4,8 bilhões, com crescimento de 26,7%, comparado a igual período de 2012.

Atualmente a promoção do microcrédito resulta de parcerias entre ONG'S, Grupos privados, sociedades de crédito, governo, com destaque para os programas de crédito oferecidos pelo Banco do Brasil, da Caixa Econômica e Federal, Banco do Nordeste e BNDES. De maneira geral, segundo essas agências de fomento, o microcrédito além de ser importante para o fortalecimento dos micro e pequenos empreendimentos também contribui para a melhoria da qualidade de vida da população onde está inserido, pois é um instrumento para o combate a pobreza e um elemento importante para o desenvolvimento local.

Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é elucidar as formas de concessão do microcrédito e suas vantagens em relação às formas tradicionais bancárias de consecução de empréstimos. Especificamente este trabalho objetiva entender quais os principais entraves para o surgimento e desenvolvimento de micro e pequenos negócios no Brasil, analisar como ocorre o processo de fomento de créditos estatal e, conhecer com ocorre esse processo em nível local.

Para abordar essas questões, serão considerados os dados estatísticos obtidos a partir de 1994 e dados dissertativos empíricos por meio de pesquisa bibliográfica em livros, artigos e sites buscando defender a hipótese de que, apesar da criação de instituições de microcrédito, muitos empresários ainda desconhecem essa modalidade de serviço, mantendo suas empresas com empréstimos de parentes, agiotas e outras formas menos burocráticas de aquisição de capital.

Além desta introdução que visa esclarecer os objetivos do trabalho e seu corte temporal, o trabalho está dividido em mais quatro seções, a segunda trata do surgimento do microcrédito até o período atual e o microcrédito na América Latina; o terceiro tópico aborda o surgimento do microcrédito no Brasil e seu desenvolvimento no governo Lula, no quarto tópico são analisados os aspectos locais do microcrédito, especificamente será analisada a fruticultura no norte do estado de Minas Gerais e, finalmente serão apresentadas as considerações finais.

## **2. Conceito e história do microcrédito**

O microcrédito é entendido como uma política de concessão de crédito para as pessoas de baixa renda, população excluída dos serviços do sistema bancário tradicional, principalmente sem acesso a empréstimos para fomentação de atividades econômicas. O microcrédito voltado para as pessoas de baixa renda<sup>3</sup> ficou conhecido em nível mundial, em grande medida, devido ao projeto bem sucedido do *Grameen Bank* idealizado por Muhammad Yunus, professor de Economia de uma das Universidades de Bangladesh na década de 1970 e agraciado com o Prêmio Nobel da Paz 2006

Conforme Yunus uma das formas da população de baixa renda escapar da linha da pobreza é tendo acesso à concessão de linha de crédito. De acordo com o mesmo, aquelas pessoas não eram pobres por preguiça ou acomodação e sim por falta de oportunidades e por serem excluídas do sistema de crédito formal.

Yunus questionava a falta de interesse do governo e das instituições financeiras com o público de baixa renda, pois alegavam que essas pessoas eram incapazes de lidar com dinheiro. Nas palavras de Yunus (2000, p.86):

Brilhantes teóricos de economia não acham útil dedicar tempo aos estudos de pobreza e fome. Eles querem que acreditemos que esses problemas se resolverão sozinhos quando a onda de prosperidade econômica tiver coberto os países. Esses mesmos economistas, que aplicam todo seu talento à análise dos processos de desenvolvimento e de prosperidade, não dirigem nem mesmo um olhar distraído para a pobreza e a fome, processos julgados como secundários. (...) Estou convencido de que se o mundo colocar entre suas prioridades a luta contra a pobreza nós poderemos construir um universo em que o seremos legitimamente orgulhosos, em vez de termos vergonha dele, como é o caso atual.

A questão era como resolver tal problema, haja vista que historicamente os mais pobres não tem acesso a oportunidades de desenvolvimento econômico porque o

---

<sup>3</sup>De acordo com a Fundação Getúlio Vargas considera-se como pessoas baixa renda aquelas que vivem com menos de US\$2 por dia. (FGV, 2013)

financiamento é em grande medida dirigido para aqueles que detêm capital. Com essas condições uma grande parcela da população era excluída. Para adquirir um empréstimo pessoal em um banco tradicional o primeiro passo seria verificar se o cliente tem os requisitos necessários para a operação desejada. É analisada a capacidade financeira do cliente de acordo com sua comprovação de renda. É necessário comprovante de reincidência entre outros documentos. Tais restrições fechavam o círculo vicioso da pobreza.

Nesse contexto, Yunus discute a respeito do papel dos negócios no mundo:

Percebo que agora os negócios estão tentando descobrir um novo mundo de gente pobre, a que chamam 'base da pirâmide', 'território não descoberto', e assim por diante. Sinto-me mal com esse tipo de atitude, que não tira os pobres de tal condição. Queremos ficar ricos á custa das pessoas que ali se encontram. Nossa principal responsabilidade é elevá-los, em vez de vê-los como uma oportunidade para ganhar dinheiro. Não deveríamos olhar para os pobres como produtores potenciais, pessoas potencialmente criativas que podem assumir sua própria vida e transformá-la.

Os seres humanos são dotados de capacidades ilimitadas; eles podem mudar as suas vidas. E a pobreza é uma imposição artificial, nos seres humanos, não é algo nato. Se removermos essa situação artificial, eles sairão da pobreza. É preciso mudar a estrutura econômica. Temos de incluir outro tipo de negócio o que chamo de negócio social – negócio totalmente dedicado a abordar as questões e os problemas sociais. Uma vez que reúnam essas coisas, acredito que poderemos criar um mundo sem pobreza. (Entrevista Revista Exame - 21/08/2008)

Sendo assim, Yunus acreditava que criando um novo sistema de crédito poderia acabar com a pobreza na sua região. Para tanto o autor passou observar as falhas dos bancos tradicionais no que tange o fornecimento de crédito as famílias de baixa renda. Seu modelo consistia em emprestar pequenas quantias (apenas 27 dólares, em 1976) cujas prestações eram pequenas com pagamentos diários. Os empréstimos eram administrados para grupos de cinco pessoas, onde apenas duas recebiam o dinheiro adiantado, assim que estes os dois beneficiados efetuavam algum pagamento, ocorriam novos empréstimos aos demais participantes do grupo, com a formação desse grupo solidário o nível de inadimplência era mínimo. Além disso, o Banco *Grameen Bank* prioriza as áreas rurais, ao contrário dos bancos tradicionais que concentram suas agências em zonas de negócios e centros urbanos. Uma metodologia em destaque no *Grameen Bank* esta no fato dos funcionários deslocarem até os membros do grupo em todas as aldeias espalhadas por Bangladesh, semana após semana todo o serviço era oferecido aos mutuários.

Outra característica do modelo implementado pelo Yunus é que os empréstimos eram concedidos basicamente as mulheres, o autor acreditava que elas aproveitariam melhor as oportunidades de crédito bem como cuidariam melhor do futuro dos filhos. Ainda segundo Yunus, as mulheres mostram mais pontualidade nos pagamentos dos empréstimos, além de proporcionar um melhor nível de bem estar para sua família.

Cabe salientar que em contrapartida ao modelo de crédito tradicional o modelo de Yunus não obrigava a comprovação de caução para se conceder um empréstimo, eles partiam do pressuposto da “boa fé” dos associados. O princípio do *Grameen Bank* é baseado na crença que o crédito deve ser aceito como um direito humano onde todas as pessoas, incluído os de baixa renda são dotados de capacidade. Ou seja, o Grameen aposta no potencial que cada membro do grupo possui quando é liberando certa quantia de crédito. Ao contrário da situação descrita anteriormente o banco tradicional procurar ter primeiro uma visão dos bens matérias que o cliente já possui.

A partir de então, para tornar-se membro do Banco *Grameen* as pessoas tinham que se comprometer que após a melhora da renda deveriam seguir aos seguintes critérios a família deve dispor de uma casa á prova de água, dispor de banheiros bem-assentados, deve ter água potável, deve esta em situações de pagar 300 takas (US\$ 5,87 no ano 2000) por semana, todas as crianças em idade escolar devem estar na escola, toda a família deve fazer três refeições diárias, toda a família deve fazer exames médicos regulares. Além disso, os associados deveriam suprir todas as suas necessidades básicas e logo após poderiam vender as mercadorias restantes do comércio local. Dessa forma, haveria uma circulação de capital entre os produtores e compradores proporcionando o desenvolvendo da economia local.

Além das “exigências” de infraestrutura o Banco *Grameen Bank* também atua como agente social, acompanhado a educação dos filhos das famílias de baixa renda oferecendo bolsas de estudo, empréstimo estudantis entre outras medidas de auxílio. Cabe ressaltar que devido à frequentes catástrofes climáticas sofridas pelo país o Banco oferece linha de crédito as vítimas. Ao “obrigar” os associados a realizarem as melhorias citadas acima, nota-se que o objetivo principal do banco por meio do empréstimo vai além da simples ajuda para abertura de determinado negócio, o objetivo principal do banco é resolução de problemas sociais.

Segundo Barone *et al* (2002) apesar do impacto social do microcrédito, ser de difícil mensuração, é positivo, resultando em melhores condições habitacionais, de saúde e

de alimentação para as famílias beneficiadas. Além de contribuir para o resgate da cidadania, fortalecimento da dignidade, a elevação da auto-estima e a inclusão em patamares de educação e consumo superiores.

Enfim, contrariamente ao banco convencional que tem como objetivo maximizar o lucro, o Banco *Grameen Bank*, que tem como objetivo conceder crédito aos menos favorecidos ajudando no combate a pobreza. Sendo assim, a visão do *Grameen Bank* é composta por questões econômicas e sociais.

### **3. O Sistema Financeiro Formal**

Os bancos tradicionais caracterizam-se pela busca de lucro e juros altos, além de exigirem garantias de seus clientes para a oferta de crédito. O sistema financeiro brasileiro é considerado desenvolvido, sofisticado e complexo, com bancos dotados de elevada solidez patrimonial e capaz de gerar lucro substancial ano após ano. O crédito e o financiamento além de ser reduzido são muito caros e de difícil acesso para a maior parte dos interessados (Carvalho, 2004). De acordo com dados da Encif (Economia Informal Urbana) em 2003, no Estado do Rio de Janeiro, menos de 4% dos empreendedores tiveram acesso à crédito para a produção.

No sistema financeiro formal qualquer pessoa física ou jurídica pode administrar a sua conta corrente sem nenhuma interferência do banco, uma vez que, a conta corrente é livremente movimentada pelo cliente por meio de cartão magnético e cheques. Para ter uma conta própria em um banco tradicional é exigido do cliente muitas documentação.

De acordo com a cartilha de conta corrente do Banco do Brasil, é necessário o documento de identificação com foto, CPF, certidão de nascimento e CPF para menor representado, certidão de casamento, documento de identidade do cônjuge, CPF do cônjuge. Apresentar comprovante de residência podendo ser uma conta de luz, água, telefone entre outros desde que esteja no nome do próprio cliente. Apresentar dados profissionais, contracheque, carteira de trabalho, DECORE- Declaração Comprobatória de Rendimento, fornecida e assinada por profissional de contabilidade. O cliente também deve fornecer o nome e telefone de pelo menos duas referências pessoais. Em algumas instituições é necessária a comprovação de renda.

Após a instituição bancária ter acesso a toda documentação do cliente, o próximo passo é análise dos dados cadastrais por meio de instituições como, SERASA<sup>4</sup>, SCPC

---

<sup>4</sup> A SERASA é uma empresa de capital fechado que reúne mais de 70 instituições bancárias em seu quadro de acionista, é considerado como o maior banco de informações da América Latina.

(Serviço Central de Proteção ao Crédito), CCF (Cadastro Emitentes de Cheque sem Fundos) e Receita Federal.

A cartilha de conta corrente do banco do Brasil ainda destaca que uma pessoa analfabeta ou que assina apenas o nome, deve ser representada por um procurador nomeado por instrumento público com poderes especiais para abrir e movimentar contas de depósitos.

No sistema convencional são cobradas tarifas sobre diversos serviços prestados ao cliente. As tarifas cobradas pelas instituições bancárias são normatizadas pela Resolução BACEN 3.919/2010<sup>5</sup> no qual as instituições bancárias determinam suas tarifas nos limites fixados pelo Banco Central. Nota-se que tanto pessoa física como micro e pequenas empresas se deparam com custos fixos elevados para conseguir um crédito bancário. Custos estes que diferem para cada tipo de instituições. No Brasil as instituições bancárias em funcionamento são classificadas como: Conglomerado, Bancos comerciais múltiplos e caixa econômica, cooperativas de crédito e sociedade de crédito ao microempreendedor, Bancos de investimento, banco de desenvolvimento, sociedade de crédito, sociedades de investimento, agências de fomento e companhias hipotecárias, e por último administradoras de consórcio.

Infelizmente, o sistema de crédito formal exclui muitas pessoas físicas principalmente as de baixa renda, como também micro e pequenas empresas do seu quadro de clientes. Tal deficiência do sistema pode estar ligada ao fato das próprias instituições limitarem-se na análise da capacidade das pessoas e empresas de honrarem suas dívidas, em vez de analisar a capacidade dos projetos desenvolvidos pelos microempreendedor se alto-sustentarem. (CARVALHO, 2004).

De acordo com um estudo realizado pelo SEBRAE (2003) são várias as dificuldades encontradas pelos microempreendedores para ter acesso ao crédito. Essas dificuldades estão resumidas no Quadro 1. (CUNHA, *et. al.*, 2012).

---

<sup>5</sup> Resolução BACEN 3.919/2010, tabela em anexo.

Motivo Alegado	Percentual
Falta de garantias reais	40%
Registro no CADIN/ SERASA	16%
Insuficiência de documentos	12%
Inadimplência da empresa	9,0%
Linhas de crédito fechadas	7,0%
Projeto inviável	4,0%
Outras	12,0%

Quadro 1 - razões alegadas pelas instituições financeiras para não ofertar empréstimos às pequenas e médias empresas – 2003- Fonte: SEBRAE (2003)

No entanto, existem outras formas de concessão de crédito para atender as necessidades das pessoas mais pobres, que será discutido no próximo tópico.

#### 4. Microcrédito no Brasil

As instituições de microfinanças caracterizam-se por serem autorizadas a oferecer, além do crédito, outros serviços financeiros – como poupança, seguros, penhora, empréstimos para habitação, cartões de crédito e troca de cheques.

Cabe ressaltar que, o microcrédito é considerado como um produto microfinanceiro, sendo um instrumento para financiamento de micro empreendimentos. Sendo assim, o microcrédito é a concessão de empréstimos de baixo valor a pequenos empreendedores formais e informais e microempresas sem acesso ao sistema financeiro tradicional, principalmente por não terem como oferecer garantias reais. É um crédito destinado à produção (capital de giro e investimento) é concedido com o uso de metodologia específica (BARONE, 2002).

No Brasil existem três serviços de crédito distintos, o microcrédito que consiste concessão de crédito para população de baixa renda, o microcrédito produtivo destinado a microempreendedores nas pequenas atividades produtivas, e o microcrédito produtivo orientado que consiste no relacionamento da instituição e do microempreendedor através de um agente de crédito.

De acordo com os dados do Governo Federal (2013) Programa de Microcrédito Produtivo, que já emprestou R\$ 12,5 bilhões para apoiar os micro e pequenos empreendedores, o programa tem financiamento médio de R\$ 1.350, e tem como principal característica oferecer crédito fácil e barato para a população que quer iniciar ou expandir o seu pequeno negócio.



O programa de Crescer - Microcrédito Produtivo Orientado, em 2013, aumentou 66%, o programa oferece crédito com taxa de juros de 0,64% ao mês, equivalente a 8% ao ano. Além disso, o banco cobra uma taxa de até 1% sobre o valor emprestado (TAC). O empréstimo é isento de IOF. O programa é oferecido para todos os empresários com faturamento de até R\$ 120 mil por ano, os valores mínimos vão de R\$ 100 a R\$ 300,00, dependendo da política de crédito de cada agente financeiro operador, com um limite de financiamento de R\$ 15 mil. Segundo o governo, o empreendedor ainda conta com o apoio de um agente de crédito, que explica como funciona a operação. Tais atividades têm contribuído para a formalização das empresas, e de acordo com o governo, 3,8 milhões de pessoas já participam do programa Micro Empreendedor Individual (MEI). Atualmente somente os bancos públicos federais operam o Programa Crescer, são eles o Banco do Brasil S/A, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste do Brasil S/A - BNB e o Banco da Amazônia S/A – BASA.

No entanto existem outras instituições financeiras que também oferecem crédito, as principais são: Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos (CEAPE), o Banco da Mulher, o Portsol, Vivacred, Programas de Crédito Produtivo Popular, Crediamigo, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e a Agência Nacional de Desenvolvimento Microempresarial (ANDE).

O Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos (CEAPE) se desenvolveu na região nordeste do país. O CEAPE é uma Organização Civil de Interesse Público, sem fins lucrativos, tem como missão melhorar a qualidade de vida dos pequenos empreendedores, permitido aos mesmos terem acesso ao crédito orientado, e consequentemente colaborar para o combate a pobreza.

O CEAPE ao longo do tempo tem ganhado destaque em vários estados, entre eles Bahia, Maranhão e Pernambuco que operacionaliza um fundo de R\$ 7.000.000,00 através de 11 unidades de atendimento em Recife, nas regiões da Zona da Mata, Agreste e Sertão do estado e Juazeiro da Bahia. A liberação do empréstimo é feita em 48 horas, sem burocracias e com orientação do agente de crédito para uma melhor aplicação do capital. Destina-se para pessoas físicas comerciantes, fabricantes e prestadores de serviços em geral. (CEAPE, 2013).

O Banco da Mulher iniciou suas atividades em 2003 é uma entidade solidária que empresta crédito para quem deseja ampliar seu próprio negócio, não tem fins lucrativos, no seu quadro de clientes também são incluídos os homens apesar de priorizarem as mulheres.

O fato de terem as mulheres como prioridade consiste na confiabilidade atribuída a elas como elemento principal de sustentação e agregação das famílias de baixa renda, tanto no Brasil como em outros países do mundo. Com essa metodologia torna mais fácil para as crianças e adolescentes fugirem da armadilha da pobreza, uma vez que, as mulheres como mães colocam as necessidades dos filhos sobre as suas, contribuindo assim para as gerações futuras.

O sistema de empréstimo é dividido em três linhas de crédito, semear, crescer e cooperar. A linha semear é destinada às mulheres empreendedoras do município de Campinas. Para fazer parte de linha de crédito é necessário que a família ou pelo menos um dos membros esteja cadastrado ou assistido por pelo menos um programa social vinculado ao Sistema Único de Assistência Social da Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência e Inclusão Social da Secretaria Municipal de Educação.

Alguns requisitos são necessários para habilitar a essa linha de crédito, como: desenvolver uma atividade econômica no município de Campinas; apresentar cópia do RG, CPF e comprovante de endereço atual em seu nome; apresentar orçamento do que se pretende adquirir; ser membro de família assistida por um programa de assistência social; ou ser membro de família, em situação de risco, possuir renda per capita familiar de meio salário mínimo mensal; o solicitante deverá fazer curso de gestão de pequenos negócios se o seu empreendimento tiver menos de um ano, para que possa ter acesso ao crédito, além disso, deverá apresentar Plano de Negócio a ser analisado pelo comitê; para créditos com limite de R\$ 500,00 não será exigido avalista; caso contrário, bastará a assinatura de um fiador solidário que, por sua vez, não precisará comprovar renda. Seguindo todos esses critérios, o microempreendedor poderá solicitar o crédito de acordo com a sua necessidade, com taxa de juros de apenas 1% ao mês. Após a solicitação terá um acompanhamento de profissionais especializados nas operações de microcrédito. (Banco da Mulher, 2013)

Para o microempreendedores que não se enquadram nos requisitos da linha de crédito semear, poderá ser direcionado a optar pela linha de crédito crescer, cujo objetivo é oferecer capital, para que o empreendimento já estruturado seja ampliado. Nessa linha de crédito os requisitos necessários são; desenvolver sua atividade econômica no município de Campinas; apresentar cópia dos documentos pessoais e comprovante de residência; caso exista empresa deve apresentar a documentação como contrato social; outros documentos também poderão ser solicitados, o que varia de acordo com a situação de cada

empreendedor. Além dos requisitos descritos acima para obter o crédito é necessário garantias podendo ser uma avalista que atenda os critérios exigidos.

A taxa de juros varia de acordo com o valor do solicitado. Para empréstimo de até R\$1.000,00 e de R\$1.001,00 até R\$5.000,00 a taxa é 2,50% a.m. Acima de R\$5.000,00 a taxa aumenta para 2.80% a.m. (Banco da Mulher, 2013)

Por fim, a linha de crédito cooperar atende grupos de trabalhadores que estejam associados em cooperativas ou em outra atividade de geração de emprego e renda. Para ter acesso ao crédito o grupo deverá apresentar um projeto autorizado pela Secretaria de Trabalho e Renda (STR). A taxa de juros para grupos em formação e cooperativas é de 1% a.m. para empréstimo de até R\$10.000,00. As cooperativas que solicitarem valores de R\$10.001,00 a R\$20.000,00 a taxa será de 1,5% a.m. De R\$20.001,00 a R\$ 50.000,00 a taxa passa a ser de 1,6% a.m. Se a solicitação for acima de R\$50.000,00 o conselho de administração fará uma avaliação do pedido. A garantia dependerá do valor do empréstimo e da destinação, sendo definido pelo comitê de crédito. (Banco da Mulher, 2013).

Na região metropolitana do Porto Alegre e Vale do Rio dos Sinos, ganha destaque a PORTSOL, uma instituição comunitária de crédito criada em 1996, com o objetivo de facilitar a criação, crescimento e consolidação de empreendimento de pequeno porte, formais ou informais, dirigidos por pessoas de baixa renda, como também criar tecnologias e transferi-las para entidades afins.

O crédito é liberado para microempreendedores que tenha seu próprio negócio funcionando a seis meses no mercado. O empréstimo varia de R\$200,00 a R\$15.000,00 com taxa de juros a partir de 2% a.m. mais as despesas operacionais. É exigido como garantia, comprovação de renda podendo ser de um conhecido do empreendedor, ou bens e veículo que estejam quitados, ou cheque pré-datado. Outra forma de garantia permitida é a formação de grupos solidário, composto de três até cinco empreendedores como atividades econômicas individuais. (PORTSOL, 2013)

O Vivacred atua nas comunidades carentes do Rio de Janeiro, iniciou suas atividades em 1997. Direccionam seus atendimentos ao setor formal e informal da economia, sendo artesão, pequenos prestadores de serviços, comerciantes e microempresários urbanos. Visam o desenvolvimento socioeconômico garantindo ao grupo alvo o acesso ao crédito, uma vez que, estão excluídos do sistema convencional.

Em parceria com o Vivacred o Crediamigo é considerado o maior programa de microcrédito produtivo orientado da América Sul, criado pelo Banco do Nordeste. Faz parte do Programa Nacional de Microcrédito do Governo Federal, que junto ao Plano Brasil sem Miséria atua na inclusão produtiva da população extremamente pobre. Além de oferecer crédito para pessoas que trabalham por conta própria, empreendedores individuais e grupos solidários, o Crediamigo também facilita o acesso ao crédito às pessoas de perfil empreendedor que tenham interesse em iniciar uma atividade produtiva.

A metodologia desenvolvida apresenta diversos produtos com características distintas. O Crediamigo crescer solidário oferece recursos para aquisição de matéria prima, mercadorias e pequenos equipamentos. Os empréstimos variam de R\$100,00 a R\$1.100,00 para bancos comunitários e de R\$100,00 a R\$2.000,00 para grupos solidários; a taxa efetiva de juros é de 0,64% a.m. mais a TAC (Taxa de abertura de crédito) de 1% sobre o valor liberado; como garantia exige a formação de grupo solidário de 3 a 10 pessoas ou bancos comunitários de 15 a 30 pessoas.

O Crediamigo crescer individual permite ao cliente obter um investimento para a aquisição de máquinas, equipamentos e reformas. Os empréstimos variam de R\$300,00 até R\$8.000,00 com taxa efetiva de juros de 0,64% a.m. mais a TAC; o cliente precisa ter um negócio próprio com no mínimo seis meses de funcionamento; como garantia exige um coobrigado. (BANCO DO NORDESTE, 2013)

O Crediamigo Giro Complementar oferece recursos para a aquisição de matéria prima e mercadorias, os empréstimos variam de R\$2.100,00 até R\$15.000,00 a taxa de juros é de 1,20% a.m. mais a TAC de 3% sobre o valor liberado; o cliente precisa ter uma negócio próprio já estabelecido a 6 meses; como garantia exige a formação de grupo solidário de 3 a 10 pessoas ou bancos comunitários de 15 a 30 pessoas. Além dos produtos citados acima, o crediamigo oferece também seguro de vida, e orientação empresarial e ambiental. (BANCO DO NORDESTE, 2013)

Com a metodologia do Crediamigo o Banco do Nordeste tornou o primeiro banco público do Brasil a desenvolver um modelo de atuação voltado exclusivamente ao microcrédito, que atende a milhares de empreendedores. Em 2005 o Banco do Nordeste criou o Agroamigo em parceria com Instituto Nordeste Cidadania (INEC)<sup>6</sup> e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), é o maior programa de microfinança rural do Brasil.

---

<sup>6</sup> INEC – É uma entidade civil sem fins lucrativos, constituída por funcionários do Banco do Nordeste, atua em todos os estados Brasileiros. Tem como o objetivo geral contribuir para o desenvolvimento socioeconômico e cultural das comunidades rurais.

O Agroamigo atua melhorando o perfil social e econômico do agricultor familiar do Nordeste e Norte de Minas Gerais, que enquadram no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Sendo este dividido em dois grupos, Pronaf grupo B, que possui renda bruta anual de até R\$ 10 mil e que explora área de até quatro módulos rurais e empregam mão de obra familiar. Os demais grupos com exceção dos grupos A e A/C obtêm renda bruta anual entre R\$ 10 mil e R\$60 mil.

O BNDES desenvolveu o programa BNDES Microcrédito para atuar no setor microfinanceiro, ofertando recursos para o microcrédito produtivo orientado que visa atender pessoas físicas e jurídicas, incentivando a geração de renda, inclusão social e complementação de políticas sociais. O valor máximo do empréstimo é de R\$ 15.000,00 sem a exigência de garantias reais.

A ANDE atua no setor microfinanceiro desde 1995 é uma organização não governamental, qualificada como OSCIP que trabalha com microcrédito produtivo orientado. A ANDE já atendeu mais de 60.000 microempresários em 151 cidades de 8 estados brasileiros. A organização trabalha com três tipos de serviços: Banco Comunitário, Crédito Individual, Grupo Solidário. (ANDE, 2014)

Banco Comunitário - é um grupo formado por no mínimo dez e no máximo 25 pessoas de baixa renda que não tem acesso ao sistema de crédito tradicional. O empréstimo pode chegar até R\$3.000,00 por membro. Os clientes que utilizam esse produto equivale a 16% da carteira da ANDE. Crédito individual- é indicado para microempreendedores, o cliente deve possuir um avalista. O empréstimo pode ser no máximo R\$ 10.000,00 de acordo com a necessidade do cliente. Esse tipo de serviço é utilizado por 13% dos clientes da ANDE. Grupo Solidário- é formado por três a sete microempresários, o empréstimo pode chegar a R\$7.000, dependendo da necessidade do cliente. Esse produto é mais acessado da ANDE, corresponde a 71% da carteira. (ANDE, 2014)

Cunha, *et, al.*(2012), selecionou alguns programas de microcrédito no Brasil com as avaliações comparativas das atividades dos programas de microcrédito (Quadro-2).

Característica	CEAPE	PORTOSOL	BNDES	ANDE	CREDIAMIGO
Geal - Área geográfica	Áreas Urbanas	Áreas urbanas	Áreas Urbanas e Rurais	Áreas Urbanas	Áreas Urbanas e Rurais
Foco - Tipo de Clientes e valor de empréstimos	Micro Empreendedores de baixa renda. Variam de \$ 200 a 3.000, ou mais.	Pequenos empreendedores de ambos os sexos para capital de giro e capital fixo. Empréstimos de \$ 200,00 a 15000,00	Pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte e o valor máximo é de \$ 10.000,00 por beneficiário.	Micro Empreendedores de pequeno porte. Até \$ 7.000,00	Micro Empreendedores, principalmente as mulheres (acima de 60%), os empréstimos variam de \$ 100 a 2 mil
Composição do fundo - Origem dos fundos e Tamanho da Carteira	Financiamentos Comerciais e verbas do BID e BNDES	Financiamentos Comerciais e Governamentais	Depósitos e Diversidade de Financiamentos	Diversidade de Financiamentos	Recursos do BID, BIRD, FAT e BNDES.
Instrumentos - Exigência de garantia	Aval Solidário e empréstimos solidários	É definido por meio de análise do projeto em conversa informal para avaliar o comprometimento da família com o negócio	A ser definido na análise da operação.	Aval Solidário	Aval Solidário e coobrigação
Sustentabilidade - Encargos Financeiros e Inadimplência	A taxa de juros é de 5,5%am e a inadimplência é de acordo com o estado, por exemplo em PE é de 3,2%	A taxa de juros é de 2% am e a inadimplência é considerada compatível com o mercado em 4,25%	A taxa de juros é de 4% am e a inadimplência é variável entre 2 e 5% (fonte BNDES)	A taxa de juros varia entre 2,9% a 3,99% e inadimplência é de 3%	A taxa de juros varia de 1,32 % a 2%. A média da taxa de inadimplência é menor que 1%
Expansão - Clientes Ativos na Carteira	O número de cliente ativos é de 69.000, a intenção é ampliar a carteira de clientes para 150 mil em 2012 e obter 80% de satisfação dos clientes.	A carteira ativa atual é de 2047 clientes. A intenção é atuar por meio de SCM nos estados e municípios, aumentando seu portfólio	Aumentar os desembolsos financeiros em 23% na região nordeste e 38% no sudeste.	Atuar em vários estados por meio de OSCIP.	Possui mais de 55000 clientes ativos e atua em nove estados do nordeste.

Quadro 2 - Programas de microcrédito no Brasil.  
Fonte: (CUNHA, et, al., 2012)

Entre os programas analisados no Quadro 2, apenas o BNDES e o Crediamigo oferece serviços de crédito para população rural, os demais se concentram em áreas urbanas. Os empréstimos entre as instituições variam de R\$100,00 a R\$15.000,00, com taxas de juros entre 1,32% e 5,5%am. A maioria dos programas é oferecido através da formação de aval solidário.

#### 4.1. As ações do microcrédito no Governo Lula

A partir do governo Lula o microcrédito produtivo orientado foi instituído pela Lei 11.110, tendo como objetivo incentivar a geração de trabalho e renda entre os microempreendedores populares, disponibilizar recursos para o microcrédito produtivo orientado e oferecer apoio técnico às instituições. De acordo com o Ministério de Emprego e Trabalho são considerados microempreendedores as pessoas físicas e jurídicas

empreendedoras de atividades de pequeno porte, com renda bruta anual de até R\$ 120 mil, sob esse público o microcrédito produtivo orientado visam suprir as necessidades financeiras utilizando a metodologia baseada no relacionamento direto com os empreendedores no local onde é executada a atividade econômica.

Pelo efeito da lei 11.110, as instituições de microcrédito produtivo orientado são as cooperativas singulares de crédito; agências de fomento; sociedades de crédito ao microempreendedor e à empresa de pequeno porte; e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, que desenvolvam atividades de crédito destinadas a microempreendedores.

De acordo com a resolução, Nº 4.000 de 25 de agosto de 2011, as taxas de juros efetivas não podem exceder 2% ao mês ou 4% ao mês nas operações de microcrédito produtivo orientado. O valor do crédito não pode ser superior a R\$2.000,00 quando se tratar de pessoas físicas, R\$ 5.000,00 quando se tratar de crédito para microempreendedores e, R\$15.000,00 quando se tratar de crédito para microempreendedores concedido na forma de microcrédito produtivo orientado.

Devido à falta de informações contábeis como também a falta de garantias, e pelo baixo valor do empréstimo envolvido, o microcrédito não é viável pela metodologia do sistema de crédito formal. Conforme, comparação feita nos tópicos anteriores com o Banco Grameen Bank no qual sua metodologia baseia-se no crédito solidário. Sendo seu público alvo pessoas que residem na área rural com pouca qualificação profissional.

Se espelhando no *Grameen Bank*, novas metodologias de microcrédito foram desenvolvidas. No caso do Brasil o microcrédito produtivo orientado é subdividido em três grupos, contratos individuais, grupos solidários e bancos comunitários. Nos contratos individuais a concessão de crédito é feita para um único cliente, a metodologia utilizada é baseada no sistema tradicional, possui algumas exigências como a análise do histórico do cliente é necessário ter avalista para garantir o pagamento do empréstimo, e o empreendimento então desenvolvido deve estar em funcionamento no mercado há aproximadamente seis meses ou um ano, não sendo necessariamente formalizado.

Os grupos solidários devem ser formados por no mínimo três pessoas, podendo variar até sete membros que possuam um pequeno empreendimento, por ser formado de maneira autônoma o grupo deve ser constituído por pessoas responsáveis, sendo os mesmos corresponsáveis pelo crédito concedido. Da mesma forma, que segue nos contratos individuais, o grupo recebe uma visita no seu empreendimento antes da

aprovação do crédito. Como garantia do crédito nesse caso é necessário apenas pontualidade dos pagamentos, de forma, que não é exigido avalista entre outras formas de garantia, permitindo assim a inclusão de pessoas de baixa renda. A exigência dos grupos solidários é que os empreendedores tenham experiência no mercado de pelo menos seis a doze meses no seu próprio negócio.

Nos Bancos comunitários a metodologia utilizada tem como ponto de partida a formação de grupos, porém, são maiores de 10 a 50 pessoas. Nesse caso, o papel dos agentes de crédito é capacitar os membros do grupo que estão adquirindo o empréstimo ensinado a administrar.

Em síntese, no Brasil existem diversas possibilidades de atuação do microcrédito, sendo estas as Organizações da Sociedade Civil de Incentivo Público (OSCIP), as Organizações não governamentais (ONG), as Sociedades de Crédito ao Microempreendedor (SCM), Agências de Fomento, Cooperativas de Crédito e Bancos regulamentados como o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) a Caixa econômica Federal, Banco do Brasil e o Banco do Nordeste.

Nos Quadros 3, 4 e 5, estão resumidas as instituições habilitadas por diferentes regiões do Brasil, observa-se que a região Sul possui o maior número de instituições habilitadas.

Instituições Habilitadas				
Instituições de Microcrédito Produtivo Orientado				
	Agências de Fomento	Cooperativas de Crédito	OSCIP	SCM
Norte	2	0	11	1
Nordeste	4	23	35	2
Centro Oeste	1	20	13	-
Sudeste	1	24	48	15
Sul	2	209	44	5
Total	11	276	156*	23

Quadro 3 - Instituições de Microcrédito Produtivo Orientado.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do TEM. (2013)

\* 5 OSCIP sem identificação de município.



Instituições Habilitadas				
Agentes de Intermediação				
	Agência de Fomento	Bancos de desenvolvimento	Bancos cooperativos	Cooperativas Centrais de Crédito
Norte	2	-	-	-
Nordeste	3	1	-	-
Centro Oeste	1		-	-
Sudeste	1	2	-	1
Sul	3	1	2	5
Total	10	4	2	6

Quadro 4. Agentes de Intermediação.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do MTE. (2013)

Instituições Habilitadas	
Instituições Financeiras Operadoras – IFO	
Norte	1
Nordeste	2
Centro Oeste	3
Sudeste	3
Sul	2
Total	11

Quadro 5. Instituições Financeiras Operadoras – IFO

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do MTE. (2013)

No Quadro 6 estão três bancos regulamentados que oferecem serviços microfinanceiros, a linha de crédito o valor mínimo, o valor máximo do empréstimo e a taxa de juros cobrada.

Bancos	Linha de crédito	Valor Mínimo	Valor Máximo	Taxa de Juros (a.m)
Banco do Brasil	BB Microcrédito Empreendedor (Capital de Giro e investimento)	R\$ 150,00	R\$ 15.000,00	0,64%
Banco do Nordeste	CrediAmigo Grupo Solidário (Capital de Giro)	R\$100,00	R\$2.000,00	0,64%
	CrediAmigo Banco Comunitário (Capital de Giro)	R\$ 100,00	R\$1.100,00	0,64%
	CrediAmigo Individual (investimento)	R\$ 300,00	R\$8.000,00	0,64%
	CrediAmigo Giro Complementar (capital de Giro)	R\$ 2.100,00	R\$ 15.000,00	1,20%
Caixa	Microcrédito Pessoa Física	R\$ 300,00	R\$15.000,00	0,64%

Econômica Federal	(capital de giro e investimento)			
	Microcrédito Pessoa Jurídica (capital de giro e investimento)	R\$300,00	R\$15.000,00	0,64%

Quadro 6. Microcrédito - Bancos Regulamentados

Fonte: Elaboração própria com base de dados disponível no site do SEBRAE. (2013)

As ações do governo Lula voltadas à promoção do microcrédito, tinham como finalidade a inclusão social por meio do mercado financeiro, almejava viabilizar o acesso aos serviços financeiros (conta corrente, poupança, seguros, créditos) as pessoas de baixa renda, tendo em vista a garantia de uma maior cidadania. Cabe salientar que, segundo Kraychete (2005 *apud* Miguel, 2012), em 2002, 57,2% da população brasileira não tinha acesso a serviços bancários.

Sendo assim, nota-se que o governo Lula proporcionou um avanço nos programas de proteção social, e que devido a sua capacidade de gerar emprego e renda, o PNMPO, expressa uma política de importância significativa na rede de proteção social. O governo acredita que o acesso ao microcrédito é essencial para incentivar e apoiar não apenas pequenos e micro negócios, mas incentivar a formação de cooperativas de trabalho ou outras formas de associativismo, desenvolvendo assim, atividades consideradas empreendedoras, bem como estimular de forma geral o “espírito empreendedor” do público atendido pelo setor de microfinanças.

## 5. Microcrédito em Minas Gerais

Em Minas Gerais os serviços microfinanceiros são oferecidos pelos bancos regulamentados como o Banco do Brasil, Banco do Nordeste e Caixa Econômica Federal, pelas Sociedades de Crédito aos Microempreendedores (SCM), Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e pelas Cooperativas de Crédito.

No Norte de Minas está presente o Crediamigo, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, a rede de cooperativas de crédito Sicoob, e a Agência Nacional de Desenvolvimento Microempresarial (ANDE).

Como já citado anteriormente, o Crediamigo é o maior programa de Microcrédito Produtivo Orientado da América do Sul, oferece crédito sem burocracia para grupo solidário ou individual. Está presente em mais de 1.800 municípios de atuação do Banco do Nordeste sendo estes localizados em Minas Gerais, Espírito Santo e no Nordeste, além do Rio de Janeiro e Brasília. (BANCO DO NORDESTE, 2014).

Através da formação de grupos solidários o Crediamigo tornou-se o maior programa de microcrédito do país, em 2013 foram realizadas 3.054.539 operações, com um desembolso de R\$ 5.118,3 milhões, a carteira de clientes ativos até novembro de 2013 foi de 1.637.136 clientes ativos, no qual 65% dos clientes são mulheres e 35% homens. (BANCO DO NORDESTE, 2014).

De acordo com o relatório do Banco do Nordeste de 2012 são 413 unidades de atendimento do Crediamigo, sendo 18 unidades localizadas no estado de Minas Gerais que apresenta uma carteira de crédito de R\$ 60.196.517,93 com 59.423 clientes ativos. (RELATÓRIO DO BANCO DO NORDESTE, 2012).

Com o objetivo de ampliar atuação no setor microfinanceiro o Banco do Nordeste desenvolveu em 2005 o Agroamigo que se tornou o maior programa de microfinança rural do Brasil com a finalidade de atender o agricultor familiar inscrito no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). O Agroamigo baseou-se na experiência adquirida do Crediamigo, oferecendo o microcrédito orientado para o meio rural. O programa mostrou-se relevante para a região, uma vez que a agricultura tem grande importância socioeconômica.

Em novembro de 2013 foram realizadas 2.269.038 operações, o valor contratado acumulado foi de R\$ 4.506.799,00, o programa contava com 169 unidades de atuação, atendendo a 1954 municípios. No estado de Minas Gerais foram realizadas 224.636 operações (cerca de 10% do total), com um valor contratado acumulado de R\$ 449.319,00, de acordo com o relatório de 2012 as operações eram realizadas em 12 unidades de atendimento no estado com uma carteira ativa de R\$ 126.223,4 mil e 72.506 clientes ativos. (BANCO DO NORDESTE, 2014).

Considerando a quantidade de operações contratadas acumuladas no período de 2005 a novembro de 2013 em todas as unidades de atendimento do programa, cerca de 53% dos clientes são homens e 47% mulher. Analisando o setor de atividade, 79% das operações concentram-se na pecuária, 11% na agricultura, 8% serviços e 2% extrativismo. Em outra análise 24% das operações contratadas acumuladas fazem parte da fruticultura, 19% grãos, 10% olericultura, 8% raízes e tubérculos, 39% outros. (BANCO DO NORDESTE, 2014).

O Banco do Brasil oferece o Microcrédito Produtivo Orientado para atender a necessidade de pessoas físicas e jurídicas com um pequeno empreendimento que recebe atendimento direto do funcionário do banco. As pessoas físicas que são atendidas são

empreendedores informais, correntistas BB, que tenham uma renda bruta mensal de até R\$ 10 mil e endividamento máximo no Sistema Financeiro Nacional de até R\$ 40 mil. (BANCO DO BRASIL, 2014)

### **5.1. A Fruticultura em Minas Gerais**

Minas Gerais está entre as cinco maiores economias das 27 unidades de Federação Brasileira, ocupa a terceira posição com um Produto Interno Bruto de R\$ 287,1 bilhões, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (GOVERNO DE MINAS GERAIS, 2014).

Minas Gerais destaca no agronegócio que corresponde a 12,4% do PIB nacional no setor, tal resultado é caracterizado pelas grandes reservas de água e um solo fértil. De acordo com as pesquisas do IBGE o estado é o maior produtor de café e batata-inglesa do país, em segundo lugar vem a cana-de-açúcar, feijão, alho e sorgo, em terceiro lugar a banana, tomate e abacaxi. É o maior produtor de leite, em segundo na produção de ovos, conta com os maiores rebanhos de bovinos, suínos e frangos. (GOVERNO DE MINAS GERAIS, 2014).

Na região norte do estado encontra-se a maior área de agricultura irrigada da América do Sul, o Projeto Jaíba conta com uma área irrigada planejada de 67,7 mil hectares, com 25 mil hectares em produção. A produção de banana-prata ganha destaque no projeto o que torna o município de Jaíba o maior produtor nacional. (GOVERNO DE MINAS GERAIS, 2014).

Os projetos até então existente no norte de Minas Gerais são de responsabilidade da CODEVASF (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba) que mobiliza investimentos públicos para a construção de obras de infraestrutura e para implantação de projetos de irrigação e de aproveitamento racional dos recursos hídricos.

O polo do Norte de Minas é composto pelo perímetro Jaíba, Gorutuba, Lagoa Grande e Pirapora que corresponde a 46.075 hectares em operação. Existem ainda projetos que estão em fase, como o Jequitai com área total de 34.605 hectares e o projeto Rio das Velhas com área de 25.000 hectares. (CODEVASF, 2014)

Tais projetos são desenvolvidos de acordo com os recursos hídricos existentes na região, sendo, as principais fontes os Rios São Francisco, Verde Grande, Gorutuba, Jequitai e das Velhas. Produz-se nesses perímetros banana, uva, citrus, olerícolas, grãos e outras sementes selecionadas. (CODEVASF, 2014)

Segundo Botelho *et all* (2010), apesar da CODEFASF e a RURALMINAS formarem a base de sustentação da fruticultura local, há na região parceiros públicos e privados importantes, a saber; EMATER-MG (Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Rural de Minas Gerais), EPAMIG (Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais), EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), ABANORTE (Associação Central dos Fruticultores do Norte de Minas), entre outros.

A EMATER-MG apóia atividades produtivas através de programas estruturantes que propõem:

Assegurar o assentamento de pequenos produtores, reestruturar e revitalizar seus processos produtivos e promover o desenvolvimento sustentável da agricultura. Suas ações são efetivadas através do gerenciamento, capacitação e difusão de técnicas apropriadas de produção e, atualmente, presta serviços de assistência técnica e extensão rural a 1.800 famílias da Etapa I do Projeto Jaíba. A EMATER também conta com o apoio do Banco do Nordeste (BNB) e prefeituras municipais, no financiamento da capacitação dos produtores locais do Projeto Jaíba.

A EPAMIG e a EMBRAPA participam com projetos de pesquisa destinados ao melhoramento da aquicultura e fruticultura, gerando e adaptando tecnologias que contribuam com a sustentabilidade e o desenvolvimento local.

Atuam na região, outras instituições que colaboram e desenvolvem projetos de pesquisa e programas visando o fortalecimento do setor frutícola da região, como UNIMONTES (Universidade Estadual de Montes Claros), UFV (Universidade Federal de Viçosa), UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais - Núcleo de Ciências Agrárias de Montes Claros), SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), BDMG (Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais), etc. (MDIC, 2010b).

A fruticultura do Norte de Minas conta ainda com a ABANORTE, fundada em 1993 e com sede na cidade de Janaúba. Atualmente, a ABANORTE reúne quinze entidades e empresas, que representam aproximadamente 3.500 sócios, pequenos, médios e grandes produtores de frutas (MDIC, 2010b).

Segundo Araújo *et all* (2007), nas últimas décadas, o número de associações rurais no Jaíba tem aumentado significativamente, atualmente existem cerca de 40 associações e uma cooperativa de produtores. Mas, a maioria dessas associações está inadimplente junto aos órgãos públicos de administração e fiscalização fazendária como Receita Federal, INSS e FGTS, este fato impede que as associações sejam beneficiadas por uma série de

políticas públicas. A Figura 1 apresenta a situação de regularidade das associações frente aos órgãos públicos.

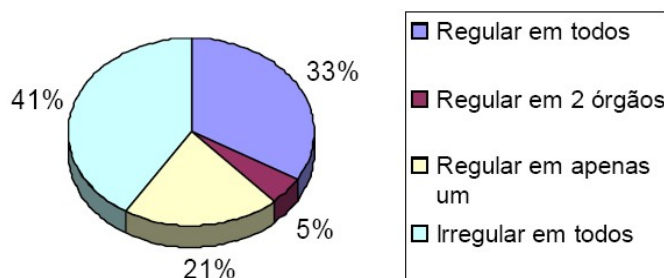


Figura 1 - Situação de Regularidade das Associações junto ao INSS, FGTS e Receita Federal (em %).  
Fonte: Araújo *et al*, 2007.

Com base nos dados da Figura 4, observa-se que apenas um terço das associações existentes no Projeto Jaíba estão em situação regular. Isso, em grande medida pode ser explicado pelo fato de:

(...) algumas políticas públicas exigirem a obrigatoriedade do beneficiário pertencer a uma entidade associativa (programas da CONAB, PCPR, Compra Direta da Agricultura Familiar e outros). Outras preconizam a necessidade de formação de grupo de produtores para conseguir algum financiamento. As formações desses agrupamentos são feitas às pressas, para não deixar passar as oportunidades. Como resultado: após atingir seus objetivos, as configurações grupais são desfeitas e os compromissos firmados nos projetos ou propostas de participação não são cumpridos (Araújo *et al*, 2007, p.8).

O associativismo é condição exigida por várias instituições públicas para a concessão de crédito rural e para a participação em programas de desenvolvimento rural, por essa razão, as associações de produtores rurais, de modo geral, são formadas com a finalidade de se beneficiarem de políticas públicas assistenciais. Esse aspecto:

(...) dificulta sobremaneira as entidades associativas alcançarem a emancipação e a auto-promoção de modo que seja rompido o cordão umbilical que as mantém presas às instituições que atuam no Projeto Jaíba: Prefeitura, políticos, assistência técnica, CODEVASF e agentes financeiros (Araújo *et al*, 2007, p.7).

A luz dessas considerações parece que, grande parte das associações formadas no Norte de Minas, vislumbra apenas resultados de curto prazo, vêem à aquisição de recursos e subvenções como fim e não como meio para promover o desenvolvimento do grupo e da

região em que estão inseridos. Isto ao mesmo tempo em que impede o amadurecimento do grupo em sua capacidade de planejar, refletir e alçar novas conquistas favorece a postura de comodismo e passividade do grupo, haja vista que as decisões passam a ser tomadas por agentes externos.

Enfim, o pequeno produtor rural inserido no Pólo Fruticultor do Norte de Minas necessita encontrar mecanismos de fortalecer o associativismo, haja vista que, em um arranjo consolidado, os associados têm maiores chances de transpor desafios comuns, de aumentar os ganhos e reduzir os custos, ganhar escala comercial e, maior padrão de qualidade e periodicidade, ao mesmo tempo em que poderiam conseguir descontos e/ou subsídios em nível nacional junto ao poder público.

## **6. Considerações Finais**

O Microcrédito tem sido apontado como uma importante ferramenta para a diminuição da pobreza no mundo, atingindo grande alcance internacional após a experiência vitoriosa de Yunus em Bangladesh, que estimulou a população de seu país a lutar por condições de vida mais dignas através de sua própria capacidade produtiva. Sendo assim, o microcrédito pode ser entendido como um instrumento de realização de negócios, de empreendedorismo, de diminuição das desigualdades sociais e de geração de emprego e renda.

Os microempreendedores continuam sofrendo uma série de dificuldades no mercado econômico atual: falta de visão de negócios bem desenvolvida; falta de condições educacionais e culturais de acesso ao crédito; baixo grau de escolaridade ou falta de capacitação profissional; altas taxas de juros praticadas pelo mercado das instituições tradicionais; a falta de conhecimento em relação às instituições microcreditícias, entre outros.

O principal entrave para o surgimento e desenvolvimento das micro e pequenas empresas é a falta de capital em quantidade ótima para a realização de suas atividades, devido ao fato de não terem condições reais de solvência e, como já mencionado a prática de altas taxas de juros no mercado convencional de crédito.

No Brasil o mercado de microcrédito e microfinanças se encontra ainda em fase de implementação e desenvolvimento. Na década de 2000 pode-se notar um incremento dos programas sociais de microcrédito aliados a participação do governo e com parte de sua sustentabilidade ainda atrelada às instituições civis. É notável o crescimento do setor de

micro e pequenas empresas do Brasil, contribuindo para minimizar as desigualdades sociais e garantir emprego e renda a longo prazo para camadas mais baixas da população.

Porém, apesar da existência do sistema de microcrédito no Brasil alguns empresários ainda não o utilizam. Isso se deve ao fato das instituições de microcrédito ainda serem mal difundidas, além de optarem por outras formas de concessão de crédito, como os substitutos dos bancos, tais como as instituições de cartões de crédito, as financiadoras, ou até mesmo os agiotas.

É possível então concluir que o país possui um bom nível de desenvolvimento de micro e pequenos negócios, o que é necessário é uma maior difusão do pequeno crédito, de suas vantagens em relação ao crédito convencional ou tradicional e de como o microcrédito pode ser utilizado como uma ferramenta para minorar os problemas financeiros de um conjunto de indivíduos da população, para se expandir para toda sociedade. O microcrédito é um mecanismo de melhoria das condições de vida da população de baixa renda, pois propicia trabalho, ocupação e crescimento dos microempreendedores e de seus negócios, não sendo, portanto apenas uma ajuda momentânea e instável às pessoas. Ele é um mecanismo de sustentabilidade para quem o utiliza.

O modo como às associações foram criadas no norte de Minas Gerais tendo os recursos financeiros como fim e não como meio, dificulta a construção de ações cooperativas que vislumbrem a conquista de novas possibilidades de crescimento e desenvolvimento.

Enfim, a fruticultura do Norte de Minas carece de arcabouço institucional organizado com a finalidade de construir vantagens competitivas deliberadas, ‘eficiência coletiva’, para atingir o padrão de qualidade e periodicidade exigido no mercado internacional de frutas e, para definitivamente transformar a região em um pólo de agronegócios.

## **Referências Bibliográficas**

ANDE. Agência Nacional de Desenvolvimento Microempresarial. Disponível em: <http://www.agenciaande.org.br/>. Acesso em: 16 de Janeiro, 2014.

BANCO CENTRAL DO BRASIL, Taxas de juros por instituições financeiras. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/ptbr/sfn/infopban/txcred/txjuros/Paginas/RelTxJuros.aspx?tipoessoa=1&modalidade=221&encargo=101> Acesso em: 21 de Agosto, 2013.



BANCO CENTRAL. Relação de instituições em funcionamento no país, disponível em: <http://www.bcb.gov.br/?RELINST> Acesso: 10 Jul, 2013.

BANCO DO BRASIL. “Cartilha conta corrente Banco do Brasil”. Disponível em <http://www.bb.com.br/docs/pub/voce/dwn/ContaCorrente.pdf>. Acesso: 9 Jul, 2013.

BANCO CENTRAL. Resolução Nº 3.919 / 2010, disponível em [http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2010/pdf/res\\_3919\\_v4\\_P.pdf](http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2010/pdf/res_3919_v4_P.pdf). Acesso: 9 Jul, 2013.

BANCO CENTRAL. Consolidado geral banco central do Brasil, disponível em <http://www.bcb.gov.br/fis/tarifas/htms/htarco11f.asp>. Acesso: 9 Jul, 2013

BANCO DO NORDESTE. Crediamigo. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br>; Acesso em: 28 de Jul, 2013.

BANCO DO NORDESTE. Relatório 2014, Programas de Microfinanças do Banco do Nordeste. Disponível em: [http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/produtos\\_e\\_servicos/agroamigo/docs/relatorio\\_microcredito\\_2012.pdf](http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/produtos_e_servicos/agroamigo/docs/relatorio_microcredito_2012.pdf). Acesso em 05/01/2014.

BNDES. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/> . Acesso em: 16 de Janeiro, 2014.

BPM. Banco Popular da Mulher, disponível em; <http://www.bpm.org.br>. Acesso em: 26 de Jul, 2013.

CEAPE. Microcrédito. Disponível em; <http://www.ceapema.org.br/Innovares/index.php>. Acesso em: 25 de Jul, 2013.

CODEVASF. Disponível em: <http://www.codevasf.gov.br/> . Acesso em: 06/01/2014.

CUNHA, Marcelo Gomes da, *et al.* **Microcrédito: Um Estudo de Caso no Programa Crediamigo do Banco do Nordeste do Brasil**

. Revista Negócios e Talentos, Porto Alegre, ano 9, n. 9, p. 159-183, 2012.

FGV. “Definição de baixa renda”. Disponível em: <http://cev.fgv.br/sites/cev.fgv.br/files/Programa%20Baixa%20Renda%20%20DEFINI%C3%87%C3%83O%20DE%20BAIXA%20RENDA%20%20FINALx.pdf>. Acesso em: 5 de Jul, 2013.

GOVERNO DE MINAS GERAIS. Disponível em: <http://www.mg.gov.br>. Acesso em 05/01/2014.

“Inclusão Financeira: metodologias de microcrédito produtivo orientado no Brasil” disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro6/anais/ARQUIVOS/GT7-1078-1253.pdf>. Acesso: 25 Jul, 2013.

MIGUEL, A. C. MICROCRÉDITO NO BRASIL: UMA AGENDA DE POLÍTICA PÚBLICA PARA O MERCADO DE MICROFINANÇAS - **REDD – Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**. Araraquara, v. 4, n. 2, jan/jul. 2012.

MIX MARKET, disponível em: <http://www.mixmarket.org/mfi> Acesso em: 25 de Set, 2013.

PORTSOL. Disponível em: <http://www.portosol.com/> Acesso em: 27 de Jul, 2013.

PNUD. “IDH de Bangladesh”, disponível em: [http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDH\\_global\\_2011.aspx?indiceAccordion=1&li=li\\_Ranking2011](http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDH_global_2011.aspx?indiceAccordion=1&li=li_Ranking2011) Acesso em: 3 de Jul, 2013.

“PIB de Bangladesh”. Disponível em: [http://es.kushnirs.org/macroeconomica/profile/profile\\_bangladesh.html#p\\_1\\_1](http://es.kushnirs.org/macroeconomica/profile/profile_bangladesh.html#p_1_1) Acesso em: 3 de Jul, 2013.

PORTAL COOPERATIVISMOS DE CRÉDITO, Cenário Mundial. Disponível em: <http://cooperativismodecredito.coop.br/cooperativismo-de-credito-no-mundo/> Acesso em: 21 de agosto, 2013.

SEBRAE, site corporativo. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/> Acesso em: 11 Jul, 2013.

SEBRAE, “Sistema Financeiro e as Micro e Pequenas Empresas: Diagnóstico e Perspectivas.” Disponível em: [http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812B62D40E012B6EF426CD3DBF/sistema\\_financeiro\\_e\\_as\\_mpe.pdf](http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812B62D40E012B6EF426CD3DBF/sistema_financeiro_e_as_mpe.pdf); Acesso: 11 Jul, 2013.

SILVA, Roberto Vilela de Moura; GÓIS, Lúcia Spinola. **As diferentes metodologias de microcrédito no mundo e no Brasil.** 2007. Disponível em: [http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812B62D40E012B6E22D14A1690/metodologias\\_microcredito.pdf](http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812B62D40E012B6E22D14A1690/metodologias_microcredito.pdf). Acesso: 19 Jul, 2013

VIVACRED. Disponível em: <http://www.vivacred.com.br/> Acesso em: 27 de Jul, 2013.

IBGE. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/paisesat/main\\_frameset.php](http://www.ibge.gov.br/paisesat/main_frameset.php). Acesso em 24 de Jul, 2013

YUNUS, Muhammad; JOLIS Alan. **O Banqueiro dos pobres.** 7a. ed. São Paulo: Ed. Ática. 2004.

YUNUS, Muhammad. **What is Microcredit?** October, 2011. Disponível em: [http://www.grameeninfo.org/index.php?option=com\\_content&task=view&id=28&Itemid=177](http://www.grameeninfo.org/index.php?option=com_content&task=view&id=28&Itemid=177) Acesso em 7 de Jul, 2013.